



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL

30 de julho a 01 de agosto de 2014

NEOLIBERALISMO: REPERCUSSÕES NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO

Robson da Rosa Barcelos, UFSM¹
Marciele Taschetto da Silva, UFSM²
Sabrina Arruda de Vargas, UFSM³

RESUMO: Este trabalho é resultado de um estudo realizado na disciplina de Fundamentos Filosóficos, Políticos e Sociais na Gestão Escolar ofertada no curso de Especialização em Gestão Educacional pela Universidade Federal de Santa Maria. O estudo desenvolvido tem como foco o reflexo da teoria neoliberal no sistema educacional, levando em conta a ideologia que acarreta na redefinição do papel do Estado, afim de que este se desresponsabilize das políticas sociais. Tendo em vista a atual conjuntura política, norteadas pela presença deste elemento ideológico, este estudo tem como objetivo apresentar o funcionamento da teoria neoliberal, bem como discutir sobre as consequências deste modelo no contexto educacional, refletindo sobre as políticas de compensação que vem sendo criadas no âmbito escolar.

Palavras-Chave: Neoliberalismo; Educação; Terceira via.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo nasceu devido às discussões propostas na disciplina de Fundamentos Filosóficos, Políticos e Sociais da Gestão Escolar ofertada no Curso de Especialização em Gestão Educacional pela Universidade Federal de Santa Maria. Tal disciplina possuía como objetivo propiciar aos alunos uma visão ampla e integrada dos pressupostos que fundamentam a gestão educacional.

Dessa forma o programa da disciplina organizou-se em quatro unidades que articulou os seguintes eixos: os fundamentos da educação e do trabalho, os fundamentos da gestão da fábrica e da escola, estado, sociedade e educação e por fim, problemas

1 Graduação em Filosofia Licenciatura, graduando em Filosofia Bacharelado e aluno do Curso de pós-graduação do Curso de Especialização em Gestão Educacional pela Universidade Federal de Santa Maria.

2 Pedagoga e aluna de pós-graduação do Curso de Especialização em Gestão Educacional e do Curso de Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria.

3 Educadora Especial, aluna do curso de Pedagogia e de pós-graduação do Curso de Especialização em Gestão Educacional pela Universidade Federal de Santa Maria.



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

contemporâneos para o fundamento da gestão educacional. Como aporte teórico contou-se com as teorias de Durkheim, Marx e Webber. Também com leituras referentes ao modelo Taylorista-fordista, origem e evolução do conceito de estado, o bem estar social, estado neo-liberal, globalização e neoliberalismo entre outras.

Cabe salientar que as discussões propostas pelos autores deste artigo, direciona o foco para as temáticas: neoliberalismo, terceira via/terceiro setor e sobre as repercussões destas no campo educacional. Mas primeiramente faz-se necessário compreender a seguir os conceitos de neoliberalismo, terceira via e terceiro setor.

2. METODOLOGIA

A metodologia está pautada em uma abordagem qualitativa, caracterizada por um estudo bibliográfico, em que nos debruçamos sobre autores que abordavam o tema neoliberalismo relacionado ao cenário educacional. Sendo assim, foi realizada uma busca de materiais em repositórios escolhidos aleatoriamente, considerando como condição estudos que abordassem especificamente o tema neoliberalismo vinculado ao contexto educacional. Sobre o material coletado realizamos interpretações com base a refletirmos sobre a influência que o modelo neoliberal tem sobre o cenário educacional, envolvendo então fenômenos humanos e sociais. Utilizamos como base para a apreciação dos materiais coletados a análise de conteúdo (SEVERINO, 2007). Assim,

A partir da compreensão objetiva da mensagem comunicada pelo texto, o que se tem em vista é a síntese das ideias do raciocínio e a compreensão profunda do texto não traria benefícios. Interpretar, em sentido restrito, é tomar uma posição própria a respeito das ideias enunciadas, é superar a estrita mensagem do texto, é ler nas entrelinhas, é forçar o autor a um diálogo, é explorar toda a fecundidade das ideias expostas, é cotejá-las com outras, enfim, é dialogar com o autor. (SEVERINO, 2000, p. 56).

Desse modo, reforçamos que a escolha pela abordagem qualitativa foi essencial para a realização deste estudo, no sentido em que esta se caracteriza por aprofundar o significado das relações humanas, não utilizando necessariamente números para o seu desenvolvimento, mas sim materiais que dialogam entre o ambiente pesquisado e a subjetividade das relações que interferem na vida dos sujeitos (MINAYO, 1992). Complementando esta ideia, Godoy afirma,

Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados ou produto. O interesse desses investigadores está em verificar como determinado fenômeno se manifesta nas atividades, procedimentos e interações diárias. Não é possível



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL

30 de julho a 01 de agosto de 2014

compreender o comportamento humano sem a compreensão do quadro referencial (estrutura) dentro do qual os indivíduos interpretam seus pensamentos, sentimentos e ações. (1995; p. 63).

Portanto, as reflexões construídas e apresentadas ao longo deste texto representam uma síntese dos estudos realizados sobre os trabalhos que abordam a relação existente entre o cenário ideológico político e a realidade educacional atual.

3. NEOLIBERALISMO

No plano ideológico, a teoria neoliberal afirma que o Estado é culpado pela crise estrutural da economia. O Estado entrou em crise por dois motivos: gastou mais do que podia para legitimar-se, já que tinha que atender as demandas da população por políticas sociais e atrapalhou o livre andamento do mercado ao regulamentar a economia. Corroborando com isso, Peroni e Caetano (2012) afirmam que para a teoria neoliberal o Estado é culpado pela crise, pois

Atendendo as demandas em um período democrático, gastou demais provocando o déficit fiscal. E, por consequência, as políticas sociais e a democracia devem ser contidas para que os ajustes necessários ao bom andamento do mercado sejam efetuados. (p. 02).

Nesse sentido, a teoria neoliberal tem como objetivo principal a transformação do Estado em um Estado minimalista, ou seja, mínimo para as políticas sociais e máximo para os interesses capitalistas.

No contexto da produção, o capital buscou superar a crise reduzindo a mão de obra, com os avanços tecnológicos, alegando anteriormente, com os direitos sociais e trabalhistas, para o capitalismo, exagerados, o que causavam o encarecimento da produção. Contudo, é importante ressaltar que por trás dessa redefinição do papel do Estado existem interesses ideológicos, como apontam autores como Mészáros (2002), Antunes (1999) e Harvey (1989), de que a crise atual não se constituiu no Estado, mas trata-se de uma crise estrutural do capital. O neoliberalismo, nesta perspectiva, utiliza artimanhas para redefinir o papel do Estado, pois as políticas sociais são vistas como um saque à propriedade privada, porque são formas de distribuição de renda, além de ser um obstáculo ao livre mercado, pois os impostos encarecem a produção.

O paradigma neoliberal de mercado consiste na liberdade econômica, da eficiência e da qualidade. A economia de mercado é auto-regulável, baseada na livre concorrência, na qual o fortalecimento da iniciativa privada com



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL

30 de julho a 01 de agosto de 2014

ênfase na competitividade, na eficiência e na qualidade de serviços e produtos. (PERONI,2006, p.14).

Podemos interpretar o papel do Estado para a teoria neoliberal a concepção de Estado apresentada por Karl Marx, em que a divisão social do trabalho é o que compõe e dá origem ao Estado, pois é a partir dessa divisão que a sociedade se rompeu em duas principais classes antagônicas: os exploradores e os explorados, ou os que possuem e os que não possuem propriedade privada.

Nesse sentido, surge a Terceira Via, como alternativa de atendimento às demandas sociais, a fim de descentralizar e desresponsabilizar o Estado de suas obrigações com a sociedade civil.

4. TERCEIRA VIA

Com a redefinição do papel do Estado, seu envolvimento com as políticas sociais também é alterado, uma vez que cabe a ele racionalizar recursos e esvaziar o poder das instituições, consideradas improdutivas pela lógica de mercado. Sendo assim, o compromisso pela execução das políticas sociais deve ser repassado para a sociedade, pela terceira via. De acordo com Peroni (2006)

A Terceira Via emerge para auxiliar os cidadãos nessa crise do capitalismo frente às transformações decorrentes da globalização tanto na esfera pessoal e social. Seria uma saída individualista no qual cada indivíduo deveria abrir seu caminho frente às transformações que se dariam na esfera pessoal e não societária, buscando um novo relacionamento entre o indivíduo e a comunidade. (p. 21).

Desse modo, a terceira via surge como uma alternativa de atendimento às demandas sociais, a fim de descentralizar e desresponsabilizar o Estado de suas obrigações com a sociedade civil. Pensando o funcionamento da terceira via no contexto atual do país, Holtz (2008) afirma que

o projeto Neoliberal no molde da “Terceira Via”, tem conseguido sua continuidade no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, através dos incentivos à participação da sociedade civil nas responsabilidades que competem ao Estado, pondo o discurso da solidariedade em lugar de destaque nas ações promovidas pelo governo, por meio de programas e projetos, e da maciça divulgação através dos meios de comunicação, além do “comprometimento” de ONGs - Organizações Não Governamentais, movimentos sociais, etc. (p.08).



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

O Estado assume a função de regulador e não como executor das políticas. Evidenciamos esse fator muito forte nas políticas educacionais, em que o Estado passa suas atribuições para o público não estatal via vários projetos e programas (PERONI, 2006). A educação para o neoliberalismo deixa de ser parte do campo social e político para funcionar como modelo de mercado.

O governo vem desenvolvendo políticas de compensação social, estabelecendo parcerias com os municípios e com as escolas públicas, promovendo também o envolvimento de outras instituições consideradas “terceiro setor” na implementação dos programas sociais. (PERONI e CAETANO, 2012).

Terceiro setor compreende-se como o executor ou a forma “concreta”, já que a terceira via configurava-se como “ideia” ou “pensamento”. Diante disso a “ideia” ou “pensamento” necessitam de um espaço/ambiente/materiais para suprir as necessidades sociais.

5. A EDUCAÇÃO E A TERCEIRA VIA/TERCEIRO SETOR

Ao relacionarmos o “terceiro setor” com o campo educacional, faz-se necessário “concretizar” as ações ou medidas adotadas para melhor entendimento dos leitores deste artigo. Nesse sentido, baseado no artigo “A autonomia docente em tempos de Neoliberalismo e Terceira Via” de Vera Maria Vidal Peroni, toma-se como base a parceria do sistema público de educação com Instituto Ayrton Senna, que caracteriza-se como uma organização não governamental sem fins lucrativos e possui programas como o “*Acelera Brasil*” e “*Se liga*”, com objetivos de corrigir o fluxo escolar do ensino fundamental e o analfabetismo nos anos iniciais. No entanto cada programa atende a um dos objetivos específicos. Configura-se esta parceria como não estatal para o sistema público e com isso acaba assumindo uma lógica de setor privado.

Deve problematizar as questões referentes à autonomia do trabalho dos professores/gestores, pois o instituto Ayrton Senna fornece o material a ser utilizados em sala de aula, bem como orientações sobre a metodologia de ensino e modelo de avaliações a serem adotadas para atingir os objetivos propostos pelos programas. Nota-se nesse instante em que há uma imposição de “métodos de trabalho”, sem poder sofrer alteração, o que nos permite pensar sobre o comprometimento da autonomia docente,



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

uma vez que os conteúdos e métodos impostos pelo programa chegam “prontos”, limitando o livre arbítrio da criatividade e construção de conhecimentos referentes ao processo de ensinar. Também há a necessidade de refletir sobre a autonomia da gestão escolar ao aceitar essas parcerias.

Na atual sociedade a demanda por resultados rápidos e eficientes se torna urgente, por pressão dos organismos internacionais. Sendo assim, a atual conjuntura política formada por diversos interesses dentre os quais, tentam beneficiar os indivíduos que detêm o maior capital, destarte através de leis pode-se formar uma estrutura tal que possibilite com mais facilidade a defesa do capital sobre as políticas sociais com caráter ideológico da terceira-via, por exemplo, no governo do Fernando Henrique Caradoso, que deu no período de 1995 a 2002,

No que se refere à Lei n. 9.790/1999, cabe destacar que podem se qualificar como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos (art. 1º), que, por seu turno, têm acesso a recursos públicos para a realização de projetos, por meio da celebração de “termo de parceria” (BRASIL, 1999).

Portanto na própria constituição federal legitima-se uma forma ideológica do capitalismo de continuar na “luta” por estabilidade ao propor um estado mínimo. Mas como enfraquecer o estado? Como demonstrar para o “povo” que o estado está em ruínas e que é hora de mudar para algo melhor, ou seja, para a lógica do mercado? Para “derrubar” o estado e erguer a bandeira do livre-mercado e o mesmo se espalhe pelas pessoas, no tocante a gestão educacional relativo a políticas públicas, se tem através de programas adotados pelo governo a clara elucidação do terceiro-setor inculcando veementemente sua ideologia, assim por meio da lógica do mercado fazer com que a formação de seres humanos se dê conforme a lógica do capitalismo, a qual procura maximizar os lucros, e minimizar os gastos, na educação e particularmente na gestão educacional procura-se maximizar a formação da maior quantidade de alunos e minimizar o tempo gasto para tal fim. Visando a lógica anteriormente aludida o Brasil acaba por recorrer a instâncias superiores, eventos, os quais discutem e inculcam ideologias de seu agrado, a saber,

Nesse contexto, ganha destaque a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990 e, patrocinada pela Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL

30 de julho a 01 de agosto de 2014

e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Banco Mundial (BM). Esse conclave forneceu a orientação das reformas educacionais para diversos países, dentre os quais se encontram Bangladesh, Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia e México. (SILVA, 2011; p.34-35)

Com isso percebemos a existência de pensadores capitalistas dialogando e refletindo sobre a educação, dando-a o viés de seus interesses no intuito de formar pessoas para o mercado de trabalho de melhor forma possível, dentro do menor tempo. Para melhor esclarecimento acerca das ideologias há dois conceitos explanados, o da “empregabilidade”,

A noção de empregabilidade traz em sua lógica o entendimento de que são os desempregados os culpados pela sua condição, à medida que não se esforçaram o suficiente na obtenção de maiores qualificações e escolaridade. (SILVA, 2011; p.35)

E a noção de “pobreza”,

Com a redefinição de conceito, pobreza, segundo o Banco Mundial (apud MELO, 2005, p. 76 -77), significa a incapacidade de alcançar os padrões básicos de nutrição, saúde, educação, meio ambiente e participação nas decisões que afetam a vida das pessoas de baixa renda. Assim, a pobreza e o aumento da desigualdade social acabariam sendo responsabilidade e culpa não só dos países, mas também de indivíduos, incapazes de, em um mundo cheio de possibilidades, informar-se e participar. (SILVA, 2011; p.35)

Nos dois conceitos percebe-se a desresponsabilização dos capitalistas sobre os impactos que o sistema político-econômico-social do capitalismo historicamente causou. Dessa forma não se leva em consideração o papel do estado na vida social do ser humano, pois ao que parece para tal ideologia o mesmo não existe, ou seria melhor que não existisse, sendo esse, em tese, o causador de todos os males sociais. Clarificando esses conceitos pode-se inferir que,

Desta forma, torna um imperativo dos sistemas escolares, tendo em conta a “nova ordem capitalista”, a formação de um novo trabalhador, com habilidades de comunicação, abstração, integração e flexibilidade, para acompanhar o avanço científico e tecnológico, exigido pelo mercado global. (SILVA, 2011; p.36)

Portanto em meio às demandas de recursos humanos o gestor escolar se encontra em crise, pois como irá oferecer uma formação de qualidade que atenda aos diversos interesses das diversas classes sociais vigilantes a qualquer movimento que a mesma



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL

30 de julho a 01 de agosto de 2014

faça ou venha a fazer? Sendo a formação de um “novo trabalhador” de empenho por parte dos capitalistas e por outro lado atender a uma formação “humana” almejada pelos não-capitalistas.

Entretanto, a terceira-via/terceiro-setor é realidade em nossas escolas brasileiras. Como exemplo disso, há o FUNDESCOLA uma parceria financeira entre Banco Mundial e MEC (cabe-se perguntar qual o interesse do Banco Mundial em fazer projetos “não-lucrativos”?, entretanto isso produziria outro diálogo do qual não nos deteremos) executado juntamente com secretárias estaduais e municipais. Esse projeto vem para fomentar a educação brasileira tendo por base o caráter ideológico da terceira-via, ou seja, empresas privadas investindo em setores públicos, nos quais deveria haver intervenção do próprio estado através de políticas públicas, mas isso não ocorrendo há o “salvador” dos “fracos”, as “parcerias”, as “ONG’s”, entre outras.

Em termos de leis sobre a educação, especialmente sobre a gestão educacional, destacamos a contradição que o programa FUNDESCOLA apresenta, pois ao mesmo tempo em que o artigo 13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, inciso I, aponta que o P.P.P. (Projeto-Político-Pedagógico) deva ser de construção da escola conjuntamente com a comunidade, assim dando início a gestão democrática e autônoma, o programa FUNDESCOLA já chega pronto dentro da escola, sem considerar o contexto e as demandas deste local. Nesse sentido, o acordo feito com o Banco Mundial, um dos projetos existentes do FUNDESCOLA É o “Plano de Desenvolvimento da Escola” o qual disponibiliza dinheiro para as escolas investirem na estrutura física, mas conforme os autores Oliveira, Fonseca e Toschi, relatos apresentados por alguns professores reclamam que o principal projeto não oferece “mudanças mais qualitativas no âmbito pedagógico”(2013; p.142). Assim destacamos uma característica negativa de “parcerias” entre instituições de nível nacional, a qual acaba por confundir os protagonistas das cenas, pois muitos professores acabam por crer que é melhor o PDE do que o PPP, pois através do primeiro,

O PDE é visto como “um instrumento que vai forçar os governos a colocarem dinheiro direto na escola”, mesmo com o fim do financiamento



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL

30 de julho a 01 de agosto de 2014

internacional, já que estão adotando inteiramente a metodologia do programa. (OLIVEIRA, FONSECA E TOSCHI, 2013; p.139)

Entretanto no mesmo artigo algumas linha depois demonstra através da “tabela 4” que o “espírito” da terceira-via está presente, quando o FUNDESCOLA (parceria criadora dos demais projetos) vai aos poucos deixando para a população arcar com as despesas e ainda assim levar os créditos pelos resultados. Percebe-se aqui o caráter de “parcerias”,

Tabela 4

Porcentuais de financiamento assumidos pelo FUNDESCOLA e pelo Estado de Goiás, conforme o ano de implementação de programa

Programa/Estado	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
Fundescola	100%	70%	50%	30%	0%
Estado	0%	30%	50%	70%	100%

Fonte: SEE/COEP-GAE, 2002. (OLIVEIRA, FONSECA E TOSCHI, 2013; p.139)

Com o passar do tempo nota-se a “descentralização” dos recursos, os quais passam a ser do estado, o qual além de ter de assumir a responsabilidade deixada pelo projeto tem de seguir o projeto formando por pessoas diferentes da comunidade escolar, os quais se interessam não para que a escola caminhe para uma formação humana, cidadã, mas sim para a lógica do mercado, para que os alunos em formação saiam como trabalhadores no estilo “taylorista”, ou seja, operários multifuncionais. E para isso se valem do que propõem ao implementar o projeto nas escolas, a saber

O FUNDESCOLA enfatize a possibilidade de aumento do poder de decisão para as escolas, na prática a própria sistemática de co-financiamento internacional impõe instrumentos de controle sobre os projetos, como manuais para acompanhamento e planejamento de ações, além de normas para utilização de recursos e prestação de contas do dinheiro repassado à escola, para aquisição de materiais e melhoria do espaço escolar. Se, de um lado, esses instrumentos ajudam a organizar o trabalho rotineiro da escola, de outro, dificultam ou até mesmo impedem as decisões autônomas sobre outras questões mais pedagógicas. (OLIVEIRA, FONSECA E TOSCHI, 2013; p.142)

Isso é evidencia de que qualquer acordo com o Banco Mundial certas condições devem ser firmadas por parte de quem recebe tal projeto, pois só assim ele poderá se



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL

30 de julho a 01 de agosto de 2014

“instalar” adequadamente, dessa forma as questões de objetivos, metodologias e os repasses de recursos ficam a cargo do empregador, ou seja, do Banco Mundial, o qual dita as regras do jogo. Portanto percebe-se uma gestão gerencial, i. e., de gerenciar os recursos e se os mesmos estão atingindo as metas estipuladas, sem da margem para uma discussão acerca do que deverá ser feito com dinheiro e sobre as questões pedagógicas, destarte confundindo e por vezes substituindo os PPP's pelos PDE's, sendo que o primeiro é uma política pública no sentido de democratizar a gestão da escola, diferentemente do interesse do segundo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou estabelecer uma relação entre a teoria neoliberal, as mudanças do papel do Estado frente às políticas sociais e a repercussão disso no contexto educacional atual.

Percebemos que apesar de adotarmos a política neoliberal, o Brasil, assim como outros países da América Latina possui especificidades que repercutem na execução desta política que não ocorre tal qual como é descrita.

No entanto, o fato é de que vivemos em um mundo globalizado e há a necessidade imposta pelos organismos internacionais de nos adequarmos às demandas do mercado, com isso, instituições privadas acabam assumindo a direção das políticas sociais, imprimindo uma lógica de mercado com princípios de complexidade, premiação, com metas a cumprir. Um exemplo deste fato, é o próprio IDEB, que estabelece metas de pontuação para classificar as escolas de forma quantitativa, sem considerar o contexto e o todo que circunda o processo de aprendizagem de cada escola, mas com objetivos voltados a demonstração de resultados.

Ao pensar sobre a “atitude” do estado que adota a prática neoliberal da terceira via/terceiro setor, com a intenção de melhorar o campo educacional do seu País, podemos nos deparar com conflitos internos em relação a sua concepção de gestão/autonomia e também com a sua qualidade de ensino, já que a metodologia do Instituto Ayrton Senna sugere uma homogeneização da aprendizagem. Nesse sentido, se faz necessário a adoção de uma posição crítica por parte dos gestores educacionais e



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

intelectuais da educação ao analisar o material proposto dos programas que circulam pelos meios escolares. Deve-se contextualizar as práticas escolares ao seu “espaço” e “tempo”, oferecendo aportes para que a escola exerça sua autonomia, que desde muito tempo parece funcionar apenas nas leis.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

GODOY, Arilda S., Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades, In **Revista de Administração de Empresas**, v.35, n.2, Mar./Abr. 1995a, p. 57-63. Pesquisa qualitativa-tipos fundamentais. In: *Revista de Administração de Empresas*, v.35, n.3, Mai./Jun. 1995b, p. 20-29.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1989.

HOLTZ, C. **Despolitização da sociedade: o projeto neoliberal da “terceira via”**, novembro de 2008. Disponível em <http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/5/Artigo%2030.pdf>. Acesso em 17 de junho de 2013.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo, Hucitec-Abrasco, 1992.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo; Campinas: UNICAMP, 2002.

OLIVEIRA, J.; FONSECA, M.; TOSCHI, M.; O programa fundescola: concepções, componentes e abrangência - a perspectiva de melhoria da gestão do sistema e das escolas públicas. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 90, p. 127-147, Jan./Abr. 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>, Acessado em 04 de julho de 2013.

PERONI, V.; OLIVEIRA, R.; FERNANDEZ, M.; Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 108, p. 761-778, out. 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>, Acessado em 04 de julho de 2013.

PERONI, V.; ADRIÃO, T. Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional. In: PERONI, V.; BAZZO, V.L.; PEGORARO, L. (Org.). **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL

30 de julho a 01 de agosto de 2014

PERONI, V.; CAETANO, M. Redefinições no papel do estado: terceira via, novo desenvolvimentismo e as parcerias público-privadas na Educação. In: IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012, Caxias do Sul, RS. **Anais**. Disponível em <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1015/972>. Acesso em 13 de junho de 2013.

PERONI, Vera Maria Vidal. **A autonomia docente em tempos de Neoliberalismo e Terceira Via**. Disponível em <http://www.ufrgs.br/faced/peroni/docs/A%20autonomia%20docente.pdf>. Acesso em 28 de junho de 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. Ver. E atual. – São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, D.; Planejamento e gestão escolar: concepções e implicações. 2011, 91 f. **Dissertação** (Mestrado em educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2011.